



José Augusto **Peres Filho**

COORDENAÇÃO
Renee do Ó **Souza**



Direito do Consumidor

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA





- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.05.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Esta obra, anteriormente designada “Resumo de Direito do Consumidor”, passou a ser intitulada “Direito do Consumidor” a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P51d
2. ed.

Peres Filho, José Augusto
Direito do consumidor / José Augusto Peres Filho; coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed., rev., ampl. e reform. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
384 p.; 23 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-558-9

1. Brasil. [Código de defesa do consumidor (1990)]. 2. Defesa do consumidor – Legislação – Brasil.
3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Souza, Renee do O. II. Título. III. Série.

22-77175

CDU: 34:366.542(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

abdr 
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE EDITORES
REPROGRÁFICOS
Respeite o direito autor!





Sumário

Capítulo 1

| | |
|---|----|
| Introdução ao Direito do Consumidor | 1 |
| 1.1 Breve histórico do Direito do Consumidor | 1 |
| 1.2 Base constitucional do Direito do Consumidor | 2 |
| 1.2.1 Direito do Consumidor como elemento do Direito Constitucional econômico..... | 3 |
| 1.2.2 Ordem econômica e defesa do consumidor na Con- stituição de 1988 | 3 |
| 1.2.3 Relação da defesa do consumidor com os fundamen- tos constitucionais | 4 |
| 1.3 Características do Código de Defesa do Consumidor | 6 |
| 1.3.1 Lei principiológica..... | 7 |
| 1.3.2 Microsistema jurídico | 7 |
| 1.3.3 Norma de ordem pública e interesse social | 8 |
| 1.4 Fontes diversas do Direito do Consumidor (art. 7º) | 11 |
| 1.4.1 Diálogo das fontes | 12 |

Capítulo 2

| | |
|---|----|
| Relação jurídica de consumo | 13 |
| 2.1 Conceituação de relação jurídica de consumo | 13 |
| 2.2 Partes na relação de consumo | 14 |
| 2.2.1 Consumidor | 14 |
| 2.2.1.1 Destinatário final | 15 |
| 2.2.1.2 Teoria Maximalista..... | 16 |
| 2.2.1.3 Teoria Finalista | 17 |
| 2.2.1.4 Teoria Finalista Aprofundada | 18 |
| 2.2.1.5 Consumidor por equiparação..... | 20 |
| 2.2.1.6 Pessoa jurídica de direito público como consumidora.... | 23 |
| 2.2.2 Fornecedor..... | 24 |
| 2.2.2.1 Tipos de fornecedores..... | 27 |



| | |
|---|----|
| 2.3 Objeto da relação de consumo | 29 |
| 2.3.1 Produtos | 29 |
| 2.3.2 Serviços | 31 |
| 2.3.2.1 Serviços públicos como objetos da relação de consumo | 37 |

Capítulo 3

| | |
|---|----|
| Política Nacional de Relações de Consumo | 41 |
| 3.1 Objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo.. | 41 |
| 3.1.1 Atendimento das necessidades dos consumidores | 42 |
| 3.1.2 Respeito à dignidade, saúde e segurança dos consu- midores | 43 |
| 3.1.3 Proteção dos interesses econômicos dos consumidores... | 43 |
| 3.1.4 Transparência e harmonia das relações de consumo ... | 44 |
| 3.2 Princípios norteadores do Código de Defesa do Consu- midor | 44 |
| 3.2.1 Princípio da transparência | 44 |
| 3.2.2 Princípio da vulnerabilidade | 45 |
| 3.2.3 Princípio da intervenção estatal (protecionismo, im- perativo de ordem pública e interesse social) | 49 |
| 3.2.4 Princípio da harmonia | 50 |
| 3.2.5 Princípio da boa-fé objetiva | 51 |
| 3.2.6 Princípio do equilíbrio das relações de consumo | 52 |
| 3.2.7 Princípio da educação e da informação | 53 |
| 3.2.8 Princípio da qualidade, da segurança e da solução de conflitos por meios alternativos | 54 |
| 3.2.9 Princípio da proibição e repressão de abusos | 55 |
| 3.2.10 Princípio da racionalização e melhoria dos serviços públicos | 56 |
| 3.2.11 Princípio do estudo constante das modificações do mercado de consumo | 57 |
| 3.3 Instrumentos para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo | 57 |
| 3.3.1 Manutenção de assistência jurídica, integral e gratui- ta para o consumidor carente | 58 |
| 3.3.2 Instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público | 58 |
| 3.3.3 Criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo | 58 |



| | | |
|-------|--|----|
| 3.3.4 | Criação de juizados especiais de pequenas causas e varas especializadas para a solução de litígios de consumo..... | 59 |
| 3.3.5 | Concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das associações de defesa do consumidor | 60 |
| 3.3.6 | Instituição de mecanismos de prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do superendividamento e de proteção do consumidor pessoa natural..... | 60 |
| 3.3.7 | Instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento..... | 61 |
| 3.3.8 | Rol meramente exemplificativo..... | 61 |

Capítulo 4

| | | |
|-------------------------------------|---|----|
| Direitos básicos do consumidor..... | 63 | |
| 4.1 | Considerações gerais sobre os direitos básicos do consumidor..... | 63 |
| 4.2 | Direito à proteção da vida, saúde e segurança..... | 64 |
| 4.2.1 | <i>Recall</i> | 66 |
| 4.3 | Direito à educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações | 68 |
| 4.4 | Direito à informação..... | 69 |
| 4.5 | Direito à proteção contra práticas comerciais abusivas..... | 71 |
| 4.6 | Direito à modificação ou revisão de cláusulas contratuais abusivas..... | 72 |
| 4.7 | Direito à efetiva prevenção e reparação de danos..... | 73 |
| 4.8 | Direito do acesso à ordem jurídica..... | 74 |
| 4.9 | Direito à facilitação da defesa dos direitos do consumidor.... | 76 |
| 4.10 | Direito à prestação adequada e eficaz dos serviços públicos... | 79 |
| 4.11 | Direito ao crédito responsável, à educação financeira e ao tratamento do superendividamento | 80 |
| 4.12 | Direito à preservação do mínimo existencial..... | 81 |

Capítulo 5

| | | |
|--|---|----|
| Responsabilidade do fornecedor no Código de Defesa do Consumidor | 83 | |
| 5.1 | Proteção à vida, à saúde e à segurança do consumidor..... | 83 |
| 5.1.1 | Produtos e serviços que acarretam riscos normais e previsíveis..... | 84 |



| | | |
|---------|---|-----|
| 5.1.2 | Produtos e serviços que acarretam elevado grau de nocividade ou periculosidade..... | 85 |
| 5.1.3 | <i>Recall</i> | 86 |
| 5.1.4 | Informação por parte de órgãos públicos | 87 |
| 5.2 | Responsabilidade pelo fato do produto..... | 87 |
| 5.2.1 | Conceito de fato do produto ou do serviço | 87 |
| 5.2.2 | Pressupostos para responsabilização objetiva do fornecedor pelo fato do produto | 88 |
| 5.2.3 | Defeito do produto | 88 |
| 5.2.4 | Tipos de defeitos dos produtos | 90 |
| 5.2.5 | Responsáveis pelos defeitos dos produtos | 90 |
| 5.2.6 | Causas excludentes da responsabilidade do fornecedor de produto..... | 92 |
| 5.2.7 | Caso fortuito e força maior | 96 |
| 5.2.7.1 | Fortuito interno..... | 96 |
| 5.2.8 | Conformidade do produto com normas imperativas ... | 97 |
| 5.3 | Responsabilidade pelo fato do serviço..... | 98 |
| 5.3.1 | Pressupostos para responsabilização objetiva do fornecedor pelo fato do serviço | 99 |
| 5.3.2 | Defeito do serviço..... | 100 |
| 5.3.3 | Causas excludentes da responsabilidade do fornecedor de serviço..... | 101 |
| 5.3.4 | Caso fortuito e força maior na prestação de serviço ... | 104 |
| 5.3.5 | Responsabilidade do profissional liberal | 108 |
| 5.4 | Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço | 109 |
| 5.4.1 | Conceito | 109 |
| 5.4.2 | Tipos de vícios previstos no CDC..... | 109 |
| 5.4.2.1 | Vício de qualidade dos produtos (art. 18, <i>caput</i> , e § 6º, I e II)..... | 110 |
| 5.4.2.2 | Vício de quantidade dos produtos (art. 19) | 110 |
| 5.4.2.3 | Vício de qualidade dos serviços (art. 20, <i>caput</i> , e § 2º).... | 110 |
| 5.4.2.4 | Vício de quantidade de serviços (arts. 18, <i>caput</i> , e 20, <i>caput</i>)..... | 111 |
| 5.4.3 | Responsabilidade pelos vícios | 112 |
| 5.4.4 | Casos de vícios de qualidade de produtos não sanados..... | 113 |
| 5.4.5 | Produtos impróprios para o consumo | 117 |
| 5.5 | Casos de vícios de quantidade de produtos não sanados ... | 118 |
| 5.5.1 | Casos de vícios do serviço não sanados | 119 |
| 5.5.2 | Serviços impróprios para o consumo..... | 121 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 5.5.3 | Causas de exclusão da obrigação de indenizar no caso de vício do produto ou do serviço | 121 |
| 5.6 | Reparo de produtos | 121 |
| 5.7 | Relação de consumo no serviço público | 122 |
| 5.7.1 | Serviço adequado | 123 |
| 5.7.2 | Serviço eficiente | 124 |
| 5.7.3 | Serviço seguro | 124 |
| 5.7.4 | Serviço essencial | 125 |
| 5.7.5 | Serviço contínuo | 126 |
| 5.7.6 | Corte no fornecimento de serviço público essencial ... | 127 |
| 5.8 | Ignorância do fornecedor quanto aos vícios | 128 |
| 5.9 | Garantia do produto ou do serviço | 128 |
| 5.10 | Obrigação de indenizar | 132 |
| 5.10.1 | Responsabilidade solidária | 133 |

Capítulo 6

| | | |
|-------------------------------|--|-----|
| Decadência e prescrição | 135 | |
| 6.1 | Decadência | 135 |
| 6.1.1 | Prazos decadenciais | 136 |
| 6.1.2 | Vício aparente e de fácil constatação | 136 |
| 6.1.3 | Início da contagem do prazo | 137 |
| 6.1.4 | Vício oculto | 138 |
| 6.1.5 | Situações que obstam a decadência | 139 |
| 6.1.5.1 | Reclamação perante o fornecedor | 140 |
| 6.1.5.2 | Instauração de inquérito civil | 141 |
| 6.1.5.3 | Dispositivo vetado | 144 |
| 6.2 | Prescrição | 145 |
| 6.2.1 | Início da contagem do prazo prescricional no CDC | 145 |
| 6.2.2 | Especificidade da regra do art. 27 do CDC | 147 |

Capítulo 7

| | | |
|---|--|-----|
| Desconsideração da personalidade jurídica | 151 | |
| 7.1 | Hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica ... | 152 |
| 7.2 | Responsabilidade dos grupos de sociedades | 153 |
| 7.3 | Teorias da desconsideração da personalidade jurídica quanto aos pressupostos da incidência | 154 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 7.4 | Desconsideração no Código Civil de 2002 | 155 |
| 7.5 | Conceito de desvio de finalidade | 156 |
| 7.6 | Conceito de confusão patrimonial | 157 |
| 7.7 | Desconsideração da personalidade jurídica no processo .. | 158 |
| 7.8 | Desconsideração inversa da personalidade jurídica | 160 |

Capítulo 8

| | |
|--|-----|
| Práticas comerciais..... | 161 |
| 8.1 Considerações introdutórias | 161 |
| 8.2 Oferta | 162 |
| 8.2.1 Informação e publicidade | 162 |
| 8.2.2 Princípio da vinculação da oferta..... | 163 |
| 8.2.3 Integração da oferta ao contrato..... | 164 |
| 8.2.4 Erro na oferta | 165 |
| 8.2.5 <i>Puffing</i> | 165 |
| 8.2.6 Qualidade das informações na oferta e apresentação de produtos ou serviços | 166 |
| 8.2.7 Oferta de componentes e peças de reposição | 167 |
| 8.2.8 Informações necessárias em casos de oferta ou ven- da por telefone ou reembolso postal..... | 169 |
| 8.2.9 Responsabilidade solidária por atos dos prepostos..... | 170 |
| 8.2.10 Não cumprimento da oferta | 170 |
| 8.3 Publicidade no Código de Defesa do Consumidor..... | 172 |
| 8.3.1 Publicidade <i>versus</i> propaganda | 172 |
| 8.3.2 Princípios norteadores da publicidade, de acordo com o CDC..... | 173 |
| 8.3.2.1 Princípio da boa-fé | 173 |
| 8.3.2.2 Princípio da transparência | 175 |
| 8.3.2.3 Princípio da identificação da publicidade..... | 175 |
| 8.3.2.4 Princípio da vinculação da oferta | 176 |
| 8.3.2.5 Princípio da isonomia..... | 176 |
| 8.3.3 Publicidade enganosa..... | 177 |
| 8.3.4 Publicidade abusiva | 179 |
| 8.4 Práticas abusivas | 180 |
| 8.5 Orçamento para realização de serviços | 193 |
| 8.6 Controle ou tabelamento de preços | 194 |
| 8.7 Cobrança de dívidas | 195 |



| | |
|--|-----|
| 8.8 Bancos de dados e cadastros de consumidores..... | 199 |
| 8.8.1 Características dos dados e prazo de armazenamento de dados negativos | 200 |
| 8.8.2 Comunicação ao consumidor | 201 |
| 8.8.3 Correção das informações..... | 203 |
| 8.8.4 Caráter público..... | 203 |
| 8.8.5 Vedação de repasse de informações após prescrição da dívida | 204 |
| 8.8.6 Disponibilização das informações | 204 |
| 8.8.7 Cadastro positivo | 205 |
| 8.8.8 Conceito de cadastro positivo..... | 205 |
| 8.8.9 Finalidade do cadastro positivo | 205 |
| 8.8.10 Inscrição no cadastro positivo..... | 206 |
| 8.9 Cadastro de reclamações fundamentadas | 206 |

Capítulo 9

| | |
|--|-----|
| Proteção contratual..... | 209 |
| 9.1 Noções gerais sobre o disciplinamento dos contratos no Código de Defesa do Consumidor | 209 |
| 9.1.1 Nova concepção dos contratos e o CDC..... | 210 |
| 9.2 Princípios dos contratos no Código de Defesa do Consumidor..... | 211 |
| 9.2.1 Equilíbrio contratual | 211 |
| 9.2.2 Confiança e transparência..... | 212 |
| 9.2.3 Interpretação mais favorável | 212 |
| 9.2.4 Vinculação à oferta..... | 213 |
| 9.2.5 Conservação do contrato | 213 |
| 9.3 A formação do contrato de consumo | 213 |
| 9.3.1 Interpretação mais favorável ao consumidor..... | 214 |
| 9.3.2 Vinculação a declarações de vontade constantes em escritos, recibos e pré-contratos | 214 |
| 9.4 Direito de arrependimento | 215 |
| 9.5 Garantia contratual..... | 216 |
| 9.6 Cláusulas contratuais abusivas | 218 |
| 9.6.1 Princípio da preservação do contrato..... | 236 |
| 9.6.2 Direito de representação..... | 237 |
| 9.7 Outorga de crédito | 238 |



| | | |
|-------|--|-----|
| 9.7.1 | Requisitos prévios sobre informações..... | 238 |
| 9.7.2 | Limitação da multa de mora..... | 239 |
| 9.7.3 | Liquidação antecipada, com redução de valores..... | 240 |
| 9.7.4 | Cláusulas de perdimento ou decaimento..... | 240 |
| 9.7.5 | Consórcios de produtos duráveis | 241 |
| 9.8 | Contratos de adesão | 242 |
| 9.8.1 | Aspectos formais dos contratos de adesão..... | 244 |
| 9.8.2 | Revisão contratual por onerosidade excessiva super- veniente..... | 245 |

Capítulo 10

| | |
|---|-----|
| Prevenção e tratamento do superendividamento | 249 |
| 10.1 Conceito de superendividamento | 249 |
| 10.2 Superendividamento doloso..... | 250 |
| 10.3 Informações essenciais no fornecimento de crédito e na venda a prazo..... | 252 |
| 10.4 Proibições na oferta | 253 |
| 10.5 Deveres do fornecedor na oferta de crédito | 254 |
| 10.6 Contratos conexos..... | 255 |
| 10.7 Práticas abusivas vedadas na concessão de crédito | 258 |

Capítulo 11

| | |
|---|-----|
| Proteção administrativa das relações de consumo | 261 |
| 11.1 Sanções administrativas | 264 |
| 11.2 A pena de multa | 266 |
| 11.3 Penalidades para casos de vícios de quantidade ou de qualidade..... | 267 |
| 11.4 Casos de reincidência..... | 268 |
| 11.5 Contrapropaganda..... | 269 |

Capítulo 12

| | |
|--|-----|
| Infrações penais..... | 271 |
| 12.1 As relações de consumo como bem jurídico penal | 271 |
| 12.1.1 Especificação da matéria | 271 |
| 12.1.2 Harmonização com as normas penais já existentes | 272 |



| | | |
|----------|--|-----|
| 12.1.3 | Motivos para um tratamento penal específico..... | 272 |
| 12.2 | Sujeito ativo dos crimes contra as relações de consumo... | 273 |
| 12.3 | Sujeito passivo dos crimes contra as relações de consumo... | 274 |
| 12.4 | Relação entre o Código Penal e a proteção ao consumidor... | 275 |
| 12.5 | Infrações penais de consumo: crimes de resultado ou crimes de perigo?..... | 275 |
| 12.6 | Responsabilidade penal da pessoa jurídica | 276 |
| 12.7 | Crimes contra as relações de consumo em espécie..... | 276 |
| 12.7.1 | Omissão de informação a consumidores | 276 |
| 12.7.1.1 | Bem jurídico tutelado | 277 |
| 12.7.1.2 | Sujeito ativo | 277 |
| 12.7.1.3 | Sujeito passivo..... | 277 |
| 12.7.1.4 | Elemento objetivo do tipo | 278 |
| 12.7.1.5 | Elemento subjetivo do tipo | 281 |
| 12.7.2 | Omissão de comunicação da nocividade de produtos..... | 281 |
| 12.7.2.1 | Bem jurídico tutelado | 282 |
| 12.7.2.2 | Sujeito ativo | 282 |
| 12.7.2.3 | Sujeito passivo..... | 283 |
| 12.7.2.4 | Elemento objetivo do tipo | 283 |
| 12.7.2.5 | Elemento subjetivo do tipo | 284 |
| 12.7.3 | Execução de serviço de alto grau de periculosidade.... | 284 |
| 12.7.3.1 | Bem jurídico tutelado | 284 |
| 12.7.3.2 | Sujeito ativo | 285 |
| 12.7.3.3 | Sujeito passivo..... | 285 |
| 12.7.3.4 | Elemento objetivo do tipo | 286 |
| 12.7.3.5 | Elemento subjetivo do tipo | 287 |
| 12.7.4 | Oferta não publicitária enganosa | 288 |
| 12.7.4.1 | Bem jurídico tutelado | 288 |
| 12.7.4.2 | Sujeito ativo | 289 |
| 12.7.4.3 | Sujeito passivo..... | 290 |
| 12.7.4.4 | Elemento objetivo do tipo | 291 |
| 12.7.4.5 | Elemento subjetivo do tipo | 292 |
| 12.7.5 | Publicidade enganosa ou abusiva..... | 292 |
| 12.7.5.1 | Bem jurídico tutelado | 292 |
| 12.7.5.2 | Sujeito ativo | 293 |
| 12.7.5.3 | Sujeito passivo..... | 294 |
| 12.7.5.4 | Elemento objetivo do tipo | 294 |
| 12.7.5.5 | Elemento subjetivo do tipo | 295 |



| | | |
|-----------|--|-----|
| 12.7.6 | Indução a comportamento prejudicial ou perigoso | 296 |
| 12.7.6.1 | Bem jurídico tutelado | 296 |
| 12.7.6.2 | Sujeito ativo | 297 |
| 12.7.6.3 | Sujeito passivo..... | 297 |
| 12.7.6.4 | Elemento objetivo do tipo | 298 |
| 12.7.6.5 | Elemento subjetivo do tipo | 298 |
| 12.7.7 | Publicidade sem base fática, técnica ou científica..... | 298 |
| 12.7.7.1 | Bem jurídico tutelado | 298 |
| 12.7.7.2 | Sujeito ativo | 299 |
| 12.7.7.3 | Sujeito passivo..... | 299 |
| 12.7.7.4 | Elemento objetivo do tipo | 299 |
| 12.7.7.5 | Elemento subjetivo do tipo | 300 |
| 12.7.8 | Troca de peças usadas sem autorização..... | 300 |
| 12.7.8.1 | Bem jurídico tutelado | 300 |
| 12.7.8.2 | Sujeito ativo | 300 |
| 12.7.8.3 | Sujeito passivo..... | 301 |
| 12.7.8.4 | Elemento objetivo do tipo | 301 |
| 12.7.8.5 | Elemento subjetivo do tipo | 302 |
| 12.7.9 | Cobrança abusiva de dívidas | 302 |
| 12.7.9.1 | Bem jurídico tutelado | 302 |
| 12.7.9.2 | Sujeito ativo | 302 |
| 12.7.9.3 | Sujeito passivo..... | 303 |
| 12.7.9.4 | Elemento objetivo do tipo | 303 |
| 12.7.9.5 | Elemento subjetivo do tipo | 305 |
| 12.7.10 | Impedimento de acesso a cadastros e banco de dados | 305 |
| 12.7.10.1 | Bem jurídico tutelado | 305 |
| 12.7.10.2 | Sujeito ativo | 306 |
| 12.7.10.3 | Sujeito passivo..... | 307 |
| 12.7.10.4 | Elemento objetivo do tipo | 307 |
| 12.7.10.5 | Elemento subjetivo do tipo | 307 |
| 12.7.11 | Omissão de correção de informações em bancos de dados e cadastros..... | 308 |
| 12.7.11.1 | Bem jurídico tutelado | 308 |
| 12.7.11.2 | Sujeito ativo | 308 |
| 12.7.11.3 | Sujeito passivo..... | 309 |
| 12.7.11.4 | Elemento objetivo do tipo | 309 |
| 12.7.11.5 | Elemento subjetivo do tipo | 309 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 12.7.12 | Omissão de entrega do termo de garantia | 310 |
| 12.7.12.1 | Bem jurídico tutelado | 310 |
| 12.7.12.2 | Sujeito ativo | 311 |
| 12.7.12.3 | Sujeito passivo..... | 311 |
| 12.7.12.4 | Elemento objetivo do tipo | 311 |
| 12.7.12.5 | Elemento subjetivo do tipo | 312 |
| 12.8 | Individualização da pena | 312 |
| 12.9 | Circunstâncias agravantes..... | 313 |
| 12.10 | Valor da pena pecuniária..... | 314 |
| 12.11 | Penas cumuladas ou alternadas..... | 315 |
| 12.12 | Fiança..... | 315 |
| 12.13 | Assistência e ação penal subsidiária | 316 |

Capítulo 13

| | |
|---|-----|
| Defesa do consumidor em juízo..... | 317 |
| 13.1 Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos | 318 |
| 13.1.1 Interesses ou direitos difusos..... | 319 |
| 13.1.2 Interesses ou direitos coletivos em sentido estrito | 320 |
| 13.1.3 Interesses ou direitos individuais homogêneos..... | 320 |
| 13.2 Legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas.. | 321 |
| 13.3 Legitimidade passiva | 326 |
| 13.4 Ações coletivas para a defesa de interesses dos consumidores | 326 |
| 13.4.1 A ação civil pública..... | 327 |
| 13.4.1.1 Base constitucional | 327 |
| 13.4.1.2 Competência..... | 328 |
| 13.4.1.3 Tutela cautelar | 329 |
| 13.4.1.4 Litisconsórcio e assistência | 330 |
| 13.4.1.5 Recursos | 331 |
| 13.4.1.6 Obrigatoriedade da execução..... | 331 |
| 13.4.1.7 Sanções de natureza processual | 332 |
| 13.4.1.8 Fundo para a reconstituição dos bens lesados | 333 |
| 13.5 Ações para cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer | 333 |
| 13.5.1 Tutela específica e conversão em perdas e danos..... | 333 |
| 13.5.2 Tutela liminar | 334 |
| 13.5.3 Astreinte..... | 335 |
| 13.5.4 Medidas garantidoras do resultado da decisão judicial.... | 335 |

| | |
|---|-----|
| 13.5.5 Honorários de advogados, custas e despesas processuais..... | 336 |
| 13.5.6 Impossibilidade de denunciação da lide..... | 337 |
| 13.6 Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos..... | 338 |
| 13.6.1 Legitimidade ativa | 338 |
| 13.6.2 Competência | 338 |
| 13.6.3 Edital e intervenção de interessados | 339 |
| 13.6.4 Liquidação e execução | 339 |
| 13.7 Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços | 342 |
| 13.8 Coisa julgada | 344 |
| 13.8.1 Coisa julgada em ação para a defesa de interesses difusos | 344 |
| 13.8.2 Coisa julgada em ação para a defesa de interesses coletivos em sentido estrito | 344 |
| 13.8.3 Coisa julgada em ação para a defesa de interesses individuais homogêneos..... | 345 |
| 13.8.4 Coisa julgada em ações individuais quando propostas ações coletivas..... | 346 |

Capítulo 14

| | |
|---|-----|
| Da conciliação no superendividamento..... | 347 |
| 14.1 Processo de repactuação de dívidas..... | 347 |
| 14.2 Dívidas excluídas do processo de repactuação..... | 348 |
| 14.3 Não comparecimento do credor..... | 348 |
| 14.4 Plano de pagamento..... | 348 |
| 14.5 Processo de superendividamento | 349 |
| 14.6 Processo de repactuação de dívidas perante órgãos do SNDC..... | 351 |

Capítulo 15

| | |
|--|-----|
| Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e convenção coletiva de consumo | 353 |
| 15.1 Órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor ... | 353 |
| 15.2 Convenção coletiva de consumo..... | 355 |
| Referências..... | 357 |